

HISTÓRIA E DESTINO: A *FRONTIER THESIS* DE FREDERICK JACKSON TURNER (1861-1932)

Arthur Lima de Avila¹ - PPG-UFRGS

O historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (1861-1932) é considerado o grande fundador da historiografia moderna naquele país. Escrevendo entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, ele rompeu com os parâmetros da história política vigente até então, que enfatizava os feitos dos grandes heróis da nação e a condição genética da democracia estadunidense² – herdada dos antigos bárbaros da Germânia-, e inaugurou a era, segundo suas próprias palavras, da investigação social.³ Não só isso, mas também construiu uma teoria que visava explicar os Estados Unidos em seus próprios termos, rompendo com os laços historiográficos que o prendiam à velha Europa, e fornecendo uma explicação essencialmente nacionalista da história americana. Conhecida como *frontier thesis*, esta se tornou a doutrina oficial da academia norte-americana durante toda a primeira metade do século XX.

Segundo a teoria de Turner, a existência de uma área de terras livres, seu contínuo recuo e o avanço dos assentamentos norte-americanos a Oeste explicavam o desenvolvimento dos Estados Unidos. Mas, para além desta explicação simplista da História dos EUA, o ponto culminante do trabalho do autor é sua conceitualização do objeto “fronteira” (também utilizado como sinônimo de Oeste): o espaço fronteiro seria o encontro entre a barbárie e a civilização, entre o índio selvagem e o colono europeu - em qualquer lugar do continente. A fronteira seria, antes de tudo, um processo. Ali se verificaria a repetição de todo o processo evolutivo das sociedades humanas, iniciando com aquele breve *meeting* e culminando com a instalação de um sistema político, social e econômico nos moldes daquele existente nos Estados Unidos em fins do séc. XIX. Além disso, a fronteira seria o espaço onde se verificaria a verdadeira “americanização” do colono. Da mistura de todas as raças (brancas, diga-se de passagem) surgiria a raça americana, dando

início ao famoso *melting pot*. Da peculiaridade da fronteira surgiriam as instituições do país, que se moldariam a cada sucessiva etapa da expansão ocidental. As suas rudes condições, geradoras de igualdade de oportunidades, seriam responsáveis pelo aprimoramento da democracia norte-americana. Dentro desta visão o fronteiro era, acima de tudo, um amante da liberdade, um desbravador, um democrata, um empreendedor: era o homem americano por excelência. O pioneiro, seja ele em sua versão primitiva como caçador de peles, seja como o *cowboy* do século XIX, era um modelo tipicamente americano, gerado e adaptado às condições do país.

Além disso, as terras livres seriam uma espécie de “válvula de escape” para as tensões sociais do Leste. Sempre que o ambiente social das grandes cidades orientais estivesse perto de uma convulsão, os descontentes poderiam migrar para as terras do Oeste. Dentro desta perspectiva, a existência de terras livres era fundamental para a existência das instituições democráticas norte-americanas. Em 1890, entretanto, a fronteira tinha chegado ao fim. De acordo com o Censo Nacional, as terras livres estavam todas ocupadas, do Atlântico ao Pacífico.⁴

Podemos então, a partir da breve exposição acima, traçar os pontos básicos da narrativa turneriana. Tratava-se então, de explicar a fronteira, de dar um significado àquilo que separava a América de outros países. Esta é a base de sua história: a construção de uma explicação para os Estados Unidos e de uma identidade para este país. Se um dia todos os americanos (brancos) foram homens da fronteira, então todos possuíam a mesma experiência – todos eram iguais. Todos podiam reclamar a herança fronteira para si. No modelo turneriano, os Estados Unidos surgem como uma entidade una, unida pelo mesmo passado fronteiro. A antiga colcha-de-retalhos regionais que era o país dá lugar a uma identidade única e compartilhada por todos os seus habitantes, americanos ou não. Um dos pontos mais interessantes (e instigantes) da produção de Turner é a virtual ausência de conflitos, com exceção das *Indian Wars*. A Guerra Civil é praticamente ignorada e os violentos conflitos entre capital e trabalho são desprezados pelo historiador. A expansão a Oeste se dá de maneira quase harmoniosa e é a narrativa de um povo conquistador e unido

pelo sucesso deste empreendimento. Não só isso, mas ao ligar o destino da nação à existência de ‘terras livres’ disponíveis para a ocupação, Turner fornece a *rationale* necessária para o embasamento das ações imperialistas norte-americanas no Pacífico e no Caribe. Se seguirmos seu raciocínio, podemos interpretar o expansionismo em termos que não o de simples subjugação ou conquista, como os imperialismos inglês e espanhol, mas sim como um resultado lógico das ‘energias’ inerentes ao povo americano – como a realização plena do Destino Manifesto.

O apelo político de tais postulados é evidente. Ainda que Turner não fosse um ideólogo, ou mesmo um militante, dos dois partidos dominantes da vida política norte-americana, seus escritos tornaram-se, segundo Richard Slotkin, a base historiográfica legitimadora de suas políticas externas.⁵ O presidente republicano Theodore Roosevelt (1901-1909) elogiou publicamente o historiador e usou de suas premissas para justificar a expansão dos Estados Unidos em direção à Ásia e ao Caribe, e o presidente democrata Woodrow Wilson (1913-1920) declarou que todas as suas idéias sobre expansão originaram-se das leituras dos artigos de Turner e das conversas que ambos mantiveram quando eram colegas na Universidade Johns Hopkins.⁶ Mais de três décadas após a morte de Turner, John Kennedy o citou nominalmente ao lançar seu programa político ‘Nova Fronteira’, em que postulava a abertura de novas fronteiras e novas oportunidades para o povo americano, assim como seus antepassados haviam feito séculos antes.⁷ Não só presidentes, mas também empresários e políticos menores também se remeteram a Turner na tentativa de defender seus pontos de vista, que incluíam posições muitas vezes antagônicas, como a defesa do capitalismo *laissez-faire* (transposição das aventuras dos pioneiros para o campo econômico) ou a intervenção firme do Estado na economia (conseqüência natural do fim da ‘válvula-de-escape’).⁸

Na academia a domínio de Turner também foi premente. A partir de seus postos como professor na Universidade Estadual do Wisconsin, em Madison, e em Harvard, o historiador treinou boa parte dos mais importantes historiadores norte-americanos do século XX, e estabeleceu o modelo de profissionalização da disciplina. Em uma época em que os

historiadores profissionais não passavam de uma centena, a influência de Turner foi decisiva para a criação dos métodos e parâmetros pelos quais a história podia reivindicar o status de ciência. Basta apenas dizer que universidades como Harvard (antes de sua contratação), Yale e Stanford copiaram o modelo de organização departamental criado por Turner quando este era professor em Madison.⁹ A poderosa Associação Americana de História também foi, durante a primeira metade do século XX, controlada por seus pupilos intelectuais.¹⁰ Ainda que sua *frontier thesis* tenha tido sua influência diminuída enquanto uma explicação global para história norte-americana a partir da década de 60, seu poder no não-desprezível campo da *Western History* foi sentido até, pelo menos, o fim da década de 80.¹¹

O sucesso da *frontier thesis* pode ser explicado a partir da construção de uma identidade nacional crível para os Estados Unidos da América. Frederick Turner criou um modelo explicativo que enfatizava a excepcionalidade americana diante dos outros países do mundo, justificava o Destino Manifesto e cientificizava aquilo que os norte-americanos já consideravam como sendo seu mito de origem nacional, o chamado 'Mito da Fronteira'. Dito de outra maneira, Turner dá o significado àquilo que os americanos já haviam expressado na literatura, através de autores como James Fenimore Cooper, e na cultura popular, através das *dime novels*¹² e dos inúmeros relatos publicados sobre as aventuras dos pioneiros no Oeste. O que Turner faz, e aqui cito Henry Nash Smith, é corroborar estas histórias como os foros da nascente ciência histórica, enquadrando-as nos cânones aceitos para o exercício da profissão.¹³ Ao explicá-las a partir de categorias analíticas sólidas, Turner constrói a versão científica do Mito ou, para usar a expressão de Donald Worster, 'o mito historiográfico' de origem da nação americana.¹⁴ Mais do que isso, ele reconcilia o passado agrário e 'europeu' da América com o seu presente industrial e 'cosmopolita'. A fronteira física havia se transmutado em novas fronteiras econômicas, cujos desbravadores eram descendentes espirituais dos pioneiros de outrora, e o Pacífico e o Caribe ofereciam oportunidades para todos aqueles sequiosos de repetir as façanhas de seus antepassados. Ademais, o espírito fronteiro estaria sempre presente na psique nacional, fornecendo a

orientação em tempos de crise. A *frontier thesis* fornece, portanto, uma versão naturalizada da expansão norte-americana em uma explicação essencialmente teleológica. O fim da história já estava dado: a ascensão dos Estados Unidos enquanto uma potência industrial e imperialista. Neste aspecto, ela é uma teoria exclusivista e excludente, cujo resultado mais significativo foi a criação de uma narrativa nacionalista que confirmava a vocação imperial da América. A *frontier thesis* confirma cientificamente o Destino Manifesto e sua consequência prática foi a criação de um Estados Unidos historiográfico onde ‘história’ e ‘destino’ podem ser entendidos como sinônimos.

Por estas razões, optei por tratar da obra de Turner em um campo específico da disciplina: a historiografia. Trata-se de analisar a escrita da história, desnaturalizando algo que durante muito tempo foi considerado tabu. Passa-se a avaliar o papel desempenhado pelos historiadores na construção de seus textos, constatando os meandros da operação historiográfica¹⁵ e as diversas subjetividades envolvidas neste ato. Dentro desta perspectiva, a história não é mais algo dado. O historiador passa a ser agente efetivo da criação das obras historiográficas, juntamente com as instituições em que está enquadrado e os contextos onde está inserido. Sobre isto, afirma Manoel Salgado: “*a historiografia como área específica de conhecimento e pesquisa no interior da disciplina histórica, poderá contribuir para um esforço de repensar a historicidade de nossa disciplina. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória acerca desta mesma escrita*”.¹⁶

Somente com os conceitos apreendidos desta área específica é que a *frontier thesis* pode ser desvelada e desnaturalizada, reencontrando sua historicidade como objeto. Pois, tendo sido ela bem bem-sucedida como explicação ‘oficial’ dos Estados Unidos, cabe ao historiador buscar os caminhos pelos quais isto se deu. Seu sucesso, sabemos, não estava dado *a priori*, tendo sido o resultado de uma série de operações que procederam em alçá-la a tal posição. Isto não significa que ela tenha sido a única explicação possível para a América de então. Foi graças a um tipo específico de escrita, enquadrado em uma conjuntura que lhe permitiu tal configuração, que Turner conseguiu tal façanha. O resgate

deste percurso é, então, imperativo para seu devido entendimento. A historiografia nos permite, portanto, recuperar as lutas travadas na sociedade para dar significado ao mundo, reconhecendo a historicidade do ato de escrita da história e proporcionando a devida reflexão sobre os limites da profissão. Ao permitir este avanço, ela possibilita a desmistificação de determinadas construções, inscrevendo-as em um tempo e um lugar específicos. Como nos diz Manoel Salgado, uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece como uma decorrência natural. O resgate de tal percurso e do drama humano inerente a ele, é, enfim, a função daqueles que se aventuram em tais mares. Uma empreitada deveras complicada, mas que vale a pena o risco.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Cezar Guazzelli. Trabalho realizado com o auxílio do CNPq.

² MOURA, Gerson. *História de uma História*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 17-19.

³ TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of History*. In: FARAGHER, John Mack (org.). *Rereading Frederick Jackson Turner*. New Haven: Yale University Press, 1998. p. 18.

⁴ Caracterização teórica baseada em seus três principais artigos, “*The Significance of the Frontier in American History*” (1893), “*The Problem of the West*” (1896) e “*Contributions of the West to American Democracy*” (1903). Todos podem ser encontrados na seguinte coletânea: TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American Democracy*. New York: Dove, 1996.

⁵ SLOTKIN, Richard. *The Gunfighter Nation*. Norman: Oklahoma University Press, 1993. p.

⁶ FARAGHER, John Mack. *Introduction*. In: op. cit. p. 8

⁷ CARAPENTER, Ronald H. *The Eloquence of Frederick Jackson Turner*. San Marino: Huntington, 1983. p. 70-71

⁸ HOFSTADTER, Richard. *The Progressive Historians*. New York: Knopf, 1968. p.

⁹ NASH, Gerald D. *Creating the West*. Albuquerque: New Mexico University Press, 1992. p. 4

¹⁰ BILLINGTON, Ray Allen. *The Genesis of the Frontier Thesis*. San Marino: Huntington, 1968. p. 3-4.

¹¹ FARAGHER, John Mack. *The Frontier Trail: Rethinking Turner and Reimagining the American West*. In: *American Historical Review* n. 68, p.106-119. New York: February, 1993.

¹² Pequenas novelas que apresentavam histórias sobre os heróis do Oeste, reais ou imaginários.

¹³ SMITH, Henry Nash. *Virgin Land*. Cambridge: Harvard University Press, 1970. p. 250-260.

¹⁴ WORSTER, Donald. *Beyond the Agrarian Myth*. In: LIMERICK, Patricia Nelson; MILNER, Clyde A. & RANKIN, Charles. *Trails: Towards a New Western History*. Lawrence: Kansas University Press, 1991. p. 3-26.

¹⁵ DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 66-67.

¹⁶ GUIMARÃES, Manoel Salgado. *A Cultura História Oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 13.